

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PANTANEIRAS BARRA DE SÃO LOURENÇO E AMOLAR, PANTANAL, BRASIL.

Ms. MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA
Secretaria Estadual de Educação - Colégio Estadual União e Força-Cáceres/MT.
doraklm@brturbo.com.br

Dr^a. CAROLINA JOANA DA SILVA
Centro de Pesquisa de Limnologia, Biodiversidade e Etnobiologia (CELBE-Pantanal) –
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus de Cáceres.
ecopanta@terra.com.br

RESUMO: As comunidades tradicionais que vivem no Pantanal matogrossense se estabeleceram nos poucos espaços a elas disponíveis, por meio de deslocamentos locais, espontâneos ou induzidos e pela transmissão oral de conhecimento tradicional de estratégias de ocupação e manejo do território. Para saber como as comunidades Barra de São Lourenço e Amolar, situadas no entorno do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense interagem com o ambiente pantaneiro, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com levantamento de dados sociais e econômicos das famílias e observação participante. As duas comunidades possuem dinâmicas diferentes de ocupação do espaço e são formadas, em sua maioria, por pessoas que nasceram e cresceram na região. A interação com o ambiente é fortemente marcada por vínculos econômicos, sociais, cosmológicos e ecológicos.

Palavras-chave: Pantanal/Comunidades/Interação com o ambiente.

ABSTRACT: Traditional communities living in the Pantanal matogrossense have settled in the few spaces available to them through local movements, and spontaneous or induced by oral transmission of traditional knowledge and management strategies of occupation of the territory. To learn how the communities of Barra de São Lourenço and Amolar, located around the National Park of the Pantanal interact with the environment, were conducted a semi-structured interviews including a survey of social and economic data of households and participant observation. The two communities have different dynamics of space occupation and are formed mostly by people who were born and raised in the region. The interaction with the environment is heavily dominated by economic ties, social, ecological and cosmological.

Keywords: Pantanal/Communities/Interaction with the environment.

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais pantaneiras

As comunidades tradicionais que vivem no Pantanal matogrossense estabeleceram nos poucos espaços a elas disponíveis, por meio de deslocamentos locais, espontâneos ou

induzidos e pela transmissão oral de conhecimento tradicional estratégias de ocupação e manejo de território dominado pelas águas mantidos pela interconectividade cultural entre elas. Assim vão construindo sua história dentro das condições reais que encontram.

Desse modo, existem no Pantanal de Mato Grosso, pequenas comunidades tradicionais que desenvolveram formas alternativas de sobrevivência e manejo do ambiente (DA SILVA e SILVA, 1995).

Diegues (2000; 2004), afirma que de forma geral, essas comunidades possuem um conhecimento tradicional que lhes permitem interagir com a biodiversidade e entendê-la não como um recurso natural, mas como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia e no contexto cultural.

Para Geertz (1989), a cultura é contextualizada e expressa um sistema simbólico. “Denota um padrão de significados transmitidos historicamente, de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p. 103). Enfim, a cultura é uma ação simbólica, não é uma identidade oculta, é pública, “e o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, e a cultura são essas teias e a sua análise, no seu contexto, na informalidade que as regem na vida real” (GEERTZ, 1989, p.15).

Toledo e Barrera-Bassols (2009) enfatizam que as comunidades tradicionais possuem uma matriz de conhecimento que opera em diferentes escalas espaço-temporais: uma escala *cultural* que abarca o “saber total” de certa coletividade, uma escala *regional*, demarcada pelo território histórico e natureza cultivada que o circunda; uma escala *comunitária*, o espaço apropriado por uma comunidade; uma escala *doméstica*, a área de apropriação de um produtor e sua família, e uma escala *individual* o espaço do próprio indivíduo.

Oficialmente as populações tradicionais foram reconhecidas no Brasil pelo Decreto nº 6.040/2007 que fortalece os seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Para os fins deste Decreto, seu Art. 3º esclarece que se compreende por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

É importante ressaltar ainda, que no Pantanal existem áreas protegidas que mantêm no seu entorno comunidades tradicionais. Estas, por sua vez, podem ser diretamente envolvidas

na gestão dessas áreas, pois dessa forma, se fortalecem os vínculos econômicos, sociais, cosmológicos, culturais e ecológicos.

Mas, como são essas comunidades, como vivem, quem são, como orientam o cotidiano, como interagem com o ambiente? Estes questionamentos, por sua vez, permearam o objetivo desta pesquisa: descrever as comunidades Barra de São Lourenço e Amolar localizadas no entorno do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (PARNA Pantanal).

MATERIAL E MÉTODOS

Para responder ao objetivo proposto foram percorridos caminhos inseridos no método qualitativo, que para Ludke e André (1998) permite um contato direto com o contexto, com a situação a ser estudada, com as interações cotidianas e busca na subjetividade dos atores envolvidos (e que são autores) a percepção da realidade.

Dessa forma, foram utilizadas como instrumentos básicos a realização de entrevista semi-estruturada (LUDKE e ANDRÉ, 1998) e Observação Participante (GEERTZ, 1989).

Desse modo, foram levantados dados sociais e econômicos das famílias das comunidades: Barra de São Lourenço e Amolar através de entrevistas semi-estruturadas. Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde (LUDKE e ANDRÉ, 1998).

A entrevista desenrolou a partir de um esquema básico, todavia, não aplicado rigidamente, permitindo adaptações necessárias e utilização de vocabulário adequado.

Segundo Geertz (1989) compreender uma cultura requer a interpretação de seus símbolos por meio de uma descrição densa das práticas do grupo. Daí a importância da Observação Participante, pois é necessário estar no meio cultural que se pretende estudar, observando, conversando, fazendo um trabalho de campo que consiste em viver com o outro, ver as coisas do ponto de vista dos atores, procurando compreender com eles o sistema de valores, as práticas, pensamentos, sentimentos que constituem o modo de ser, a existência coletiva. Assim, na Observação Participante tem-se a oportunidade de registrar e examinar as atividades e os comportamentos no cotidiano da vida social.

Área de Estudo

O Pantanal situa-se no centro da América do Sul, compreende parte da Bolívia, do Paraguai e com maior extensão no Brasil, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Pantanal é o nome dado à planície que contém um dos maiores sistemas contínuos de áreas úmidas e ocupa 140.000 km² das planícies inundáveis da Bacia do Alto Rio Paraguai (HARRIS et al, 2005). A topografia extremamente plana do Pantanal determina um marcado retardo no escoamento das águas (ADÁMOLI, 2000).

O Pantanal brasileiro está totalmente inserido na Bacia do Alto Paraguai (BAP), que por sua vez ocupa uma área de aproximadamente 600.000 Km² na América do Sul, dos quais 363.442 Km² estão em território brasileiro (HARRIS et al, 2005).

No Pantanal nas coordenadas: 17° 56' 0" latitude Sul e 57° 29' 0" longitude Oeste, medida em frente a escola local, está localizada a comunidade da Barra de São Lourenço, no entorno do PARNA Pantanal à aproximadamente 10 km ao Sul da área protegida ao longo das margens esquerdas dos rios Cuiabá (localmente conhecido como São Lourenço) e Paraguai. E nas coordenadas: 18° 3' 0" latitude Sul e 57° 30' 0" longitude Oeste, medida no centro da comunidade, encontra-se situada a comunidade do Amolar à margem direita do rio Paraguai e ao sul do PARNA Pantanal.

Essas comunidades encontram-se geograficamente inseridas no município de Corumbá/MS e no entorno do PARNA Pantanal cujos limites se enquadram entre as coordenadas 17° 45' S - 18° 00' S e 57° 20' W - 57° 35' W, com área de 135.000 ha situada no município de Poconé/MT, extremo sudoeste do Estado do Mato Grosso (Figura 1).

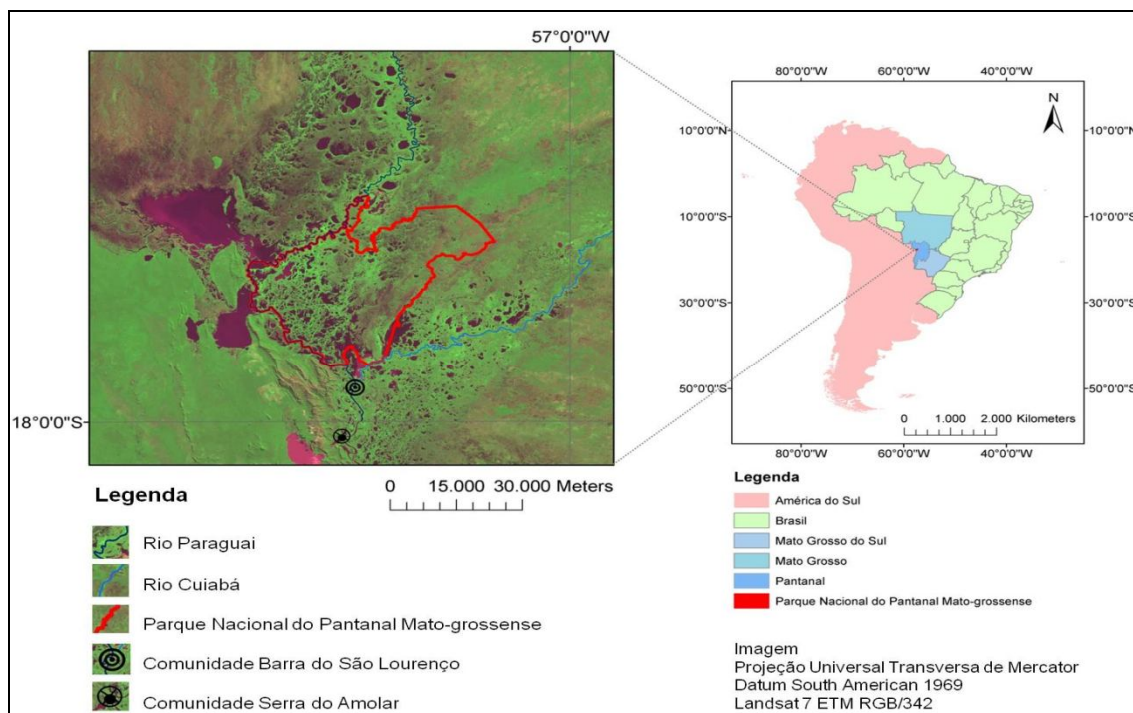


Figura 1: Localização do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, em Poconé-MT e as comunidades tradicionais pantaneiras Barra de São Lourenço e Amolar situadas em seu entorno. Fonte: ECOPANTANAL.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade da Barra de São Lourenço: os moradores, o povo das águas

Nós somos reconhecidos como o povo das água. Nós somos nativos daqui, ribeirinhos, pantaneiros, nós crescemos com a natureza deste lugar, nós cresce com as água, nós baixa com as água, porque as água cresce e nós também tamo em cima das água, nós faz girau, seca nós dismancha, mas passa... nós sabemos que isso vai passá. A natureza ás vezes vem forte, vem a diquada matano muita coisa, porque é a vez da natureza fazê limpeza. Nós nunca depredamo. A natureza mesmo depreda com a raiva que ela vem a senti alguém mexer com ela. Mas nós nativo daqui, nós nunca destruimos, quando o parque foi construído nós já habitava aqui neste lugá, nossas famílias, nossos pais, nossos avós já habitavam aqui, entendeu? As nossas raízes né, já habitavam qui. Com as enchentes muitos foram embora, mas o que ficou construiu e hoje tem 19 famílias (Moradora, 39 anos).

Este depoimento mostra que a Comunidade ribeirinha da Barra de São Lourenço é formada por pessoas que vivem durante anos nessa região e há muitas gerações, numa dinâmica de vida marcada pelo ciclo das águas. O pulso da enchente e sua consolidação na cheia produzem mudanças significativas na paisagem, na dinâmica dos processos ecológicos e biológicos e no modo de vida dos pantaneiros (DA SILVA e SILVA, 1995).

O depoimento supracitado mostra um sentimento comum na comunidade: o reconhecimento de ser um povo ribeirinho e pantaneiro inserido nas águas do Pantanal. Da Silva e Silva (1995) explicam que a população ribeirinha, aquela que vive às margens de rios no Pantanal, é também pantaneira, tanto pela localização geográfica quanto pela percepção que tem do ambiente, uma vez que reconhecem a importância do ritmo das águas na renovação da vida no Pantanal e na preservação de seus ecossistemas.

O modo de vida das comunidades tradicionais pantaneiras marcado pela dinâmica das águas lhes permitiu desenvolver culturalmente formas de manejar o ambiente baseadas no conhecimento ecológico tradicional (DA SILVA, et al. 2008). Para Toledo e Barrera-Bassols (2009), esse conhecimento sobre a natureza se converte em um componente decisivo para o esboço e implantação de estratégias de sobrevivência adquiridas na contínua interação com a natureza que constitui no conjunto, numa outra forma de aproximação ao mundo da natureza.

Assim, na comunidade da Barra de São Lourenço vivem pessoas que não se consideram dissociados do lugar. Dessa maneira, a natureza, sob o ponto de vista dos ribeirinhos, é parte integrante do seu cotidiano (SILVA, 2009).

Atualmente, a comunidade tradicional pantaneira da Barra de São Lourenço que se reconhece como “o povo das águas” está inserida na planície pantaneira, mais especificamente no entorno do PARNA Pantanal, que por sua vez, já foi uma das maiores

fazendas de gado existentes no Pantanal, onde alguns moradores da comunidade trabalhavam, sendo extinta por conta da cheia ocorrida em 1974 que alagou permanentemente as pastagens.

O parque era uma fazenda, do Borge. Eu trabalhava lá. Alagou tudo em 74, morreu o gado com a enchente. É a enchente maior que teve, foi em 74, tinha 14.000 boi aí, era tudo seco e alagô tudo, tinha jipe, caminhão, tratô. Lá, tratô ía do porto onde é o parque, ia lá na sede da fazenda. A sede da fazenda era 14 léguas de onde tá o parque, do aterro onde ta o parque (Morador, 59 anos).

De acordo com Tocantins (2002), a enchente de 1974 modificou o regime hidrológico local, em consequência, a maior parte das pastagens da fazenda Caracará, do empresário João Borges, foram permanentemente submersos e as áreas que ficaram secas após o pulso de inundação tornaram-se insuficientes para a criação de gado, que por sua vez utilizavam as pastagens nativas em regime de rotação. Nesse mesmo momento iniciava no âmbito científico, um movimento para criar uma unidade de conservação que protegesse uma amostra do ecossistema Pantaneiro. Diante disso, o governo Federal adquiriu a fazenda Caracará e transformou-a numa Unidade de Conservação de Proteção Integral. Portanto, em 1981 pelo Decreto de Lei nº 86.392 foi criado o PARNA Pantanal no estado de Mato Grosso.

A comunidade Tradicional da Barra de São Lourenço tem uma característica de mobilidade espaço-temporal devido aos deslocamentos ocorridos ao longo dos anos na região e aos suscetíveis alagamentos durante o pulso da enchente no dique marginal onde hoje estão situados. Por conta disso, mudam-se temporariamente para outro lugar da região, mais alto e seco. Nesse sentido, um morador faz a seguinte afirmação:

Quando enche aqui nós vamos lá pro aterro do piual, aqui mesmo nessa região, porque é uma área mais alta, aí quando a água baixa nós volta pra cá (Morador, 27 anos).

Portanto, o território (a região) onde vivem é vasto, descontínuo, móvel, fluído e aparentemente “vazio” (DIEGUES e ARRUDA, 2001). A “região” para a comunidade engloba todas as áreas próximas do lugar onde vivem. É importante ressaltar que nesses lugares viveram processos culturais de construção da pessoa, identidade e regras com seus antepassados, com a família e em experiências vividas coletivamente.

Com efeito, a comunidade também é integrada por pessoas que moram na região há muitos anos, conforme o pensamento exposto por uma moradora que nasceu na região:

Esses pessoal que mora hoje aqui, as raízes tá por toda essa região do Pantanal, entendeu? Praticamente nós somos daqui, minha família e muitos daqui nasceu ali na Três Boca, na reserva. Mudamos de lugar, mas por aqui (moradora, 39 anos).

Alguns estudos de (Diegues, 2004; Diegues e Arruda, 2001) têm mostrado que o manejo e a gestão de áreas naturais podem estar profundamente ligados à visão de mundo e práticas das comunidades tradicionais, que por conta da forte dependência dos recursos naturais, estrutura simbólica, isolamento e sistemas de manejo desenvolvidos no espaço e tempo podem ser parceiras necessárias aos esforços de conservação. Fato que fica evidente no depoimento de uma moradora da comunidade.

Nós conhece bico por bico da reserva (PARNA Pantanal), mas nós num pode pescá porque é reserva, ele (o PARNA Pantanal) é bom assim pra nós porque ele (PARNA Pantanal) cria o peixe que depois saí pra nós pegá, né. Mas e o que num respeita a reserva? O problema é esse, né? Nós vê quando é gente diferente aí, jogano rede, nós vê e avisa seu Zé, o gerente do parque. Nós que ajuda mais o seu Zé. Nós ajuda cuidá, porque se ajudá distruí caba tudo (Moradora, 38 anos).

De acordo com Colchester (2000) as comunidades locais estão mais próximas da natureza e são motivadas por uma ética da conservação. A longa associação com seus territórios, habitats e um compromisso de aí permanecer no futuro resultou no desenvolvimento de um manejo prudente no presente e uma forte ligação com o lugar.

A comunidade da Barra de São Lourenço é habitada por 19 famílias vivendo em 18 propriedades. Assim, residem na comunidade aproximadamente 77 pessoas. Deste universo, 15 são crianças, 22 são jovens, 32 são adultos e oito são idosos. É, portanto, a comunidade mais numerosa no entorno imediato do PARNA Pantanal.

A maior parte da população residente na comunidade encontra-se na faixa etária de 22 a 60 anos, correspondendo a 41,55% seguida pela população de jovens 28,57%. E ainda, 57,15% da população correspondem ao sexo masculino e 42,85% ao sexo feminino. A maioria concentrando na faixa-etária de 22 a 60 anos.

E ainda, a comunidade vive em um dique marginal, aparentemente de vulnerabilidade física sujeita a erosão. Os diques marginais, ou barrancos, apresentam solos argilosos, do tipo hidromórfico (DA SILVA e SILVA, 1995).

As famílias possuem em média quatro filhos que, em sua maior parte, mora com os pais ou nas proximidades, constituindo assim uma comunidade caracterizada pela parentalha. Das 19 famílias, 31,57%, ou seja, seis famílias são formadas por jovens dentre 18 a 21 anos que nasceram na região, onde hoje constituíram famílias e, portanto, com a perspectiva de permanecer no local.

As famílias mantêm as mesmas características, quase sempre numerosas, moram em casas simples, com distância variada uma da outra entre 5m a 3000 metros, em geral são construídas de adobe, bambu ou madeira, recobertas por palha, telha ou eternite, com um, dois

até seis cômodos. Esses cômodos na maioria das vezes não têm piso e divisão rígida. A cozinha é feita separadamente ao fundo ou ao lado das casas, não por ser menos importante, mas para evitar a fumaça e o calor causado pelo fogão de lenha e a perda dos outros cômodos da casa na ocorrência de incêndio.

Os moradores mais antigos da comunidade são dois indígenas remanescentes da etnia Guató, que moram na comunidade há 45 anos, na margem esquerda do Rio Cuiabá com vistas para os morros Caracará e Boa Esperança.

De acordo com Siqueira (2002), os índios foram os habitantes originais do território matogrossense, não obstante, durante o processo de colonização tanto português quanto espanhol, ocorreu uma dizimação em massa dos habitantes indígenas. Para Da Silva e Silva (1995), as sociedades indígenas Bororo, Paiaguá, Guató, Guaikuru, e Kayapó habitavam o Pantanal entre os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá e foram perseguidas e guerreadas como se fossem intrusas em seu próprio território. Para os colonizadores existiam dois tipos de indígenas, os “mansos” que se deixavam dominar e os “selvagens” que resistiam à escravidão. Os Guató pertencem ao grupo lingüístico MACRO-JÊ.

Segundo Bandeira e Freire (2006), os contatos com as sociedades indígenas foram diversificados, promovendo mudanças culturais profundas, a situação de alteridade entre colonizadores e povos indígenas se conformou na perspectiva de dominação. Os colonizadores, a ferro e fogo, impunham seus valores, seus hábitos e costumes, enfim, sua cultura. A reação à dominação se deu de maneira diferente, mas, de modo geral, os povos indígenas lutaram como e enquanto puderam.

Os moradores da comunidade afirmam serem donos do lugar, mesmo não possuindo documento de propriedade da terra. Os moradores mais antigos, além dos Guató afirmam morar na comunidade há mais de 40 anos e vivem na região desde que nasceram.

Esse lugar é da marinha, é nosso! Minha família é daqui, nós praticamente somos daqui, meus avô, meus pais situaram aqui na Barra, mudamos ali do Rio Velho quando teve a enchente. Quando eu nasci já habitava aqui dona Júlia e Vicentinho, aqueles casais de Guató que tem ali. Eu nasci ali perto das três Boca, muitos daqui nasceram ali também porque minha vó e minha mãe era parteira. Todo mundo trocô de lugar, mas por aqui. Construímos aqui vendendo isca, aqui é nosso, de tudo os moradô daqui (Moradora, 39 anos).

Como se vê essa comunidade tradicional possui uma longa residência na região. No sentido mais literal, o termo “tradicional” implica uma longa residência numa determinada área, o que demanda o direito à autodeterminação determinada pela Convenção Internacional

de Direitos Civis e Políticos, pautada no princípio de que o título de propriedade nativa se fundamenta na posse imemorial e independe de documento (COLCHESTER, 2000).

Assim, é importante ressaltar que além da moradia e ocupação do território por várias gerações, um dos critérios mais importantes para a definição de populações tradicionais, é o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular (DIEGUES e ARRUDA, 2001). Esse critério remete à questão da identidade na perspectiva de um constructo de natureza social, relacional e de pertença, que não é definitiva, fixa ou imutável. É o modo como as pessoas da mesma origem étnica construíram nas suas interações um estilo próprio, com marcas identitárias específicas que os posicionam na vida, de um modo singular, próprio de si mesmos, constituindo-se num sujeito coletivo (BANDEIRA e FREIRE, 2006).

Em 2005 foi inaugurada uma escola na comunidade, reconhecida em Corumbá/MS como: Escola Municipal Rural Pólo Porto Esperança – Extensão São Lourenço. A escola está restrita a uma área de 50 metros totalmente cercada com tela. Atende 36 alunos, tendo como transporte escolar um barco com motor 40 HP, manejado por dois funcionários – um piloto e um monitor - de empresa terceirizada.

A escola atende apenas alunos matriculados nas séries de 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental nove anos em tempo integral e com alojamento masculino e feminino para alunos residentes em comunidades distantes, perfazendo um total de 11 alunos alojados em regime de semi-internato, razão pela qual ficam até dois meses sem retornarem às casas de suas famílias. As aulas são ministradas no período matutino em duas salas multisseriada, isto é, uma sala para alunos de 1º e 2º ano e outra aos que estudam de 3º ao 6º ano, cada qual com uma pedagoga que por serem de Corumbá/MS, ficam alojadas na escola. No período vespertino, são feitas aulas de reforço, informática e trabalhos artísticos.

A principal atividade econômica desenvolvida pela comunidade é a coleta de iscas vivas que são comercializadas com pescadores profissionais e turistas trazidos pelos barcos hotéis para praticarem o turismo de pesca – pesca esportiva – na região.

A maior parte das famílias 42,10% (8) conta com uma renda mensal de menos de um salário mínimo, seguido por 26,31% (5) que possuem renda de um salário mínimo, 21,05% (4) tem renda de dois salários mínimos, 5% (1) não têm nenhuma renda e outras 5% (1) conta com uma renda igual ou superior a dois salários.

Algumas famílias obtêm alguma renda na venda de animais criados por eles na propriedade como galinhas e porcos. E ainda, em duas famílias há mulheres que utilizam como forma complementar de renda o extrativismo, enquanto uma coleta frutos do cerrado,

tais como: bocaiúva (*Acrocomia aculeata*), jatobá (*H. stigonocarpa*) e acuri (*Attalea phalerata*) para fazer farinha, a outra colhe arroz nativo (*Oryza latifolia*). Esses produtos são levados e vendidos por uma delas em eventos de divulgação de alimentos do cerrado.

As roças de cada família são feitas para complemento alimentar e atendem a agricultura tradicional, ocupa um espaço bem pequeno, uns 50 metros no máximo e próximo às casas por conta do brejo e lagoa que fica ao fundo da moradia a uns 70 metros de distancia. Os alimentos plantados pelos moradores são mandioca, batata-doce, cana, banana, abóbora, melancia, arroz, milho e maxixe além de pequenas hortas onde cultivam couve, pimentão, cebolinha, alho, alface, abobrinha, coentro, pepino, beterraba e tomate.

De forma geral, das 19 famílias 57,89% (11) não possuem energia elétrica, a iluminação é feita através de lamparina, 84,21% vivem sem nenhum tipo de saneamento básico, ou seja, não possuem fossas nem banheiros.

A dependência e identificação com o rio é total, visto que é o rio que garante o abastecimento humano, lavagem de roupa e utensílios e higiene, é onde está a principal fonte de sobrevivência, ou seja, a coleta de isca e a pesca para subsistência e como atividade econômica. A água utilizada pelos moradores é captada com balde às margens dos rios e colocadas num tambor para assentar a terra antes de ser utilizada.

É de frente para o rio que é construído a fachada das casas, mesmo porque, no rio é onde se desenrola a vida pública, enfim, é no rio que se estabelecem as relações sociais. “Nos rios indo embora de andorinhas, são como meninos ramificados nos rios que lhe brincavam...” (BARROS, 2006, p. 21).

Ademais, é nas profundezas do rio que vive entidades míticas. As relações com o sobrenatural também existem na comunidade, fazendo parte da vida e do imaginário das crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade, pois é um conhecimento transmitido continuamente entre as gerações. É nas águas que habitam além de peixes, seres, *bichos encantados*, a exemplo da *onça d’água*, *o neguinho d’água*, *cavalo d’água* e *o bicho d’água*.

Relatos da presença do bicho d’ água também foram encontrados por Da Silva e Silva (1995) em pesquisa no Pantanal matogrossense. Segundo as autoras o sobrenatural é um mecanismo tradicional de regulação e equilíbrio da pescaria no Pantanal, impondo certo respeito de ajuste ecológico entre a cultura e o meio ambiente.

Essa relação mítica entre o homem-natureza pode ser percebida nos seguintes relatos:

Tem o bicho d’água. Ele faz rebojo onde joga vidro, toca no rio, ele destrói o lugar. Ele tem uma serra nas costa e vira barco quando fica revoltado. O bicho d’água fica nervoso com barulho, televisão ligada... (Morador, 63 anos).

No tempo que nós jogava rede, eu e meu irmão pescano, quando jogou a rede pegamo um cavalo, ele levou com tudo, levou a rede, levou tudo o peixe embora, ficamo sem nada (Morador, 53 anos).

O neguinho d'água eu vi e posso contá, são criança, tem rosto de gente e pé grande com seis dedo pra nadá dentro d'água. Eles num gosta de caição na água, peraltice na canoa, pescaria...Eles não gostam de barulho (Moradora, 39 anos).

Diegues e Arruda (2001) salientam que é com esse sistema de representação que as populações tradicionais agem sobre o meio natural e desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo, nesse imaginário os rios estão repletos de entes mágicos que castigam os que os destroem.

Porém, as pressões do sistema capitalista são mais fortes do que um sistema cosmológico que defende a vida no rio. Todos os impactos provenientes da dragagem, da pesca predatória, do turismo e da poluição do leito do rio praticamente anulam qualquer esforço dos pescadores em manter a produtividade pesqueira (DA SILVA e SILVA, 1995). Situação constatada no relato de uma moradora da comunidade.

Eu vi o neguinho d'água, o cavalo d'água, a onça d'água, não foi por disque. Eles num existe mais, eles existiam quando tudo isso aqui era silêncio, existia, quando isso aqui era um pântano, casinha de palha, barro. O aspecto do ar mudou. Aumentou o barco, aumentou a velocidade, tudo isso aí perturba, você mergulha dentro da água e liga o motor pra ver que tormento dá na sua cabeça, pode arrebentar sua cabeça, por isso com o barulho eles foram pra um lugar bem longe. O bicho d'água acho que não existe mais nesse lugar, não existe por causa do assoreamento do rio e pelo barulho. O assoreamento das margens foi arrasando o rio onde eles moravam. Sabe, então cai hoje um barranco eles vão se mover pra um lugar de silêncio e fundo. Não é que eles acabaram eles se moveram pra outro lugar (Moradora, 39 anos).

Os mitos, tabus, rituais fornecem exemplos de mecanismos de internalização cultural e suas regras limitam a exploração dos recursos naturais, ou seja, ajudam na interpretação do ambiente de forma adequada, quando essas tradições são fortes e se mantêm, as pessoas simplesmente praticam sua cultura, portanto os mitos reforçam a coesão da comunidade, pois neles, o direito ao recurso e sua gestão estão vinculados (BERKES, et al 1998).

Para locomoção no rio, 21,05% (4) das famílias possuem barco com motor, sendo um de 9 HP e três de 25 HP. Ademais, 10,52% (2) das famílias têm o barco de alumínio sem motor enquanto que a maioria 68,42% (13) utiliza a canoa tradicional (Figura 2), que desempenha um papel fundamental na interação da comunidade com o ambiente pantaneiro.

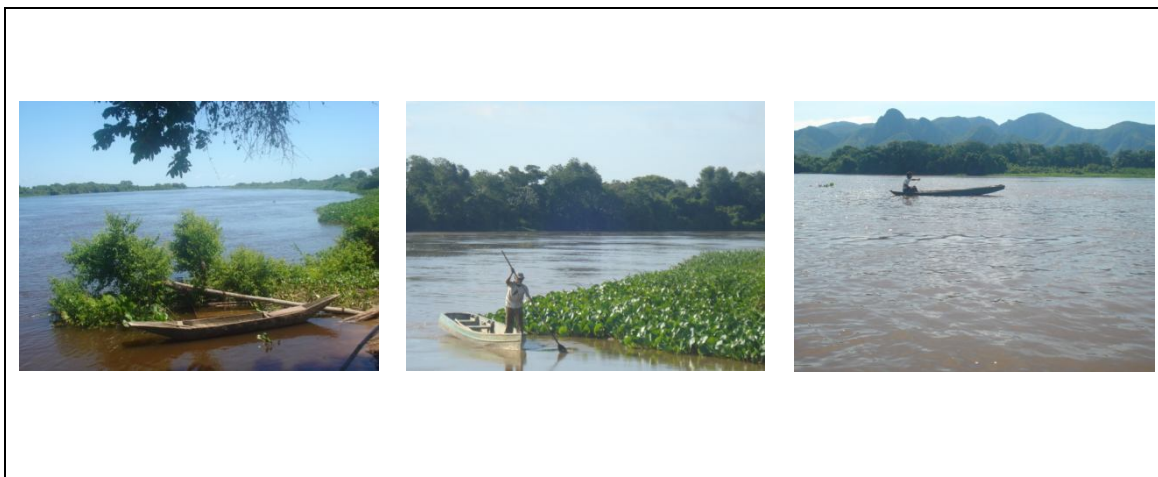


Figura 2: Meios de locomoção da comunidade da Barra de São Lourenço.

A canoa de madeira a remo configura-se, portanto, para a maioria dos moradores da comunidade o único meio de locomoção diretamente ligado às suas origens culturais.

A Comunidade do Amolar

Eu trabalhei muito com o gado, o gado aprende com o canto dos passarinho. Quando o passarinho gritô, o gado tudo levanta o olho e fica cuidano. A gente aprende as coisa pelo cantá dos passarinho. Aqui a gente convive, aqui no Pantanal, e vai aprendeno com os velho, com os tios, os antigo, o povo pantaneiro. A gente presta atenção e vai aprendeno com os velho, avô e a gente passa pros filho, né? Dá orientação pros filho porque eles num alcançaram os antigo. Eu alcancei os antigo, a gente orienta os filho sobre o ambiente do Pantanal porque eles vive na cidade e aqui é diferente (Morador mais antigo do Amolar, 66 anos).

A comunidade do Amolar é constituída por uma população de pequenos criadores de gado que diante das circunstâncias ambientais e distância dos núcleos urbanos desenvolveram modos de vida que exigiram uma inter-relação com a natureza, uns com os outros e seus componentes culturais no ambiente pantaneiro, sem preocupação com o acúmulo de capital. E ainda, essa população tem como legado o respeito pela sabedoria dos mais velhos, e destes, a preocupação em transmitir aos mais novos os conhecimentos em relação ao manejo e conservação do ambiente em que vivem a fim de garantindo o sustento dessa e das futuras gerações.

A comunidade do Amolar, mais distante do PARNA Pantanal em relação à Barra de São Lourenço, está situada na base da Serra do Amolar, favorecendo o uso diferenciado do espaço pelos moradores em sítios devidamente documentados em seus nomes. Cada sítio é cercado com arame farpado somente por conta do gado, que se movimentam no espaço livre e comunal entre a cerca e o rio.

Desse modo, na comunidade do Amolar predominam a pecuária de pequena escala com criação de gado e cavalos e a agricultura familiar, além da caça, pesca e extrativismo

vegetal para subsistência. Uma atividade tradicional realizada pelos moradores é a extração da seiva do jatobá para fins medicinais.

Soares e Bortolotto (2009), a partir de estudo etnobotânico realizado na comunidade afirmam que o tempo de ocupação da comunidade do Amolar é de aproximadamente 130 anos.

A maioria das famílias nasceu na comunidade e nunca se mudou desse local, e os que não nasceram na comunidade, nasceram na região – palavra que também utilizam para designar lugares próximos à comunidade.

A comunidade é constituída por aproximadamente nove pessoas distribuídas em 4 quatro famílias situadas em sítios demarcados em área de morraria que integra o complexo da Serra do Amolar, no Pantanal sul-matogrossense e a margem direita do Rio Paraguai.

As casas são espalhadas na fralda do morro, ou *firmes*, que além de abrigá-las, é o espaço disponível para o cultivo de árvores frutíferas, pequenas hortas, criação de porcos e galinhas, bem como para pequenos cercados onde as vacas leiteiras e bezerros recém nascidos ficam mantidos. “A fralda do morro (sopé), ou *firme*, não é alagável, mas no pico das grandes cheias pode ser inundado e receber água até próximo de suas casas, ficando restrito a uma faixa de cerca de 50 metros” (Da Silva e Silva, 2005, p.51).

Além disso, as casas são construídas em meio à vegetação nativa, com uma diversidade de espécies, dentre as quais foram observadas: tarumã (*Vitex cymosa*), ipê-branco (*Tabebuia alba*), ipê-roxo (*T. heptaphylla*), jatobá (*H. stigonocarpa*), bocaiúva (*Acrocomia aculeata*), buriti (*Mauritia flexuosa*), cambará (*Eupatorium amygdalinum*), jenipapo (*Genipa americana*).

As casas são de alvenaria ou de madeira. Em geral são pintadas, possuem três ou mais cômodos com pisos e uma divisão de quartos, sala, cozinha, banheiro. São cobertas de telhas ou eternites com portas e janelas de recepção de frente para o rio.

A comunidade é formada por sítiantes que praticam a criação de gado e a agricultura. Plantam roça de milho, arroz, melancia, batata, banana, abóbora e mandioca. Da mandioca costuma fazer farinha para consumo e venda. Queijos, rapadura, doce de leite também são feitos e levados pelas mulheres, a cada dois meses, aos filhos que moram em Corumbá/MS.

São as mulheres que acompanham diretamente os filhos que saem para estudar e consideram a saída dos filhos para estudar um mal necessário, pois acreditam que a educação escolar é um meio de ascensão social.

A população é formada primordialmente por adultos e idosos, com organização social baseada predominantemente no parentesco. As crianças e jovens moram com parentes em Corumbá/MS por conta da escola, pois não existe escola na comunidade. Os moradores antigos da comunidade não freqüentaram escola, embora saibam ler algumas palavras.

A média é de três filhos por família, que retornam à comunidade apenas nos períodos de férias escolares. Os estudantes afirmam que precisam estudar por isso vivem na cidade. Dentre eles, o filho do morador mais antigo da comunidade salienta que espera com muita ansiedade as férias escolares para voltar imediatamente para comunidade. Muitos dos jovens que saíram para estudar já se casaram e estão morando em Corumbá/MS.

Na comunidade não existem construções de uso coletivo como escola, igreja, estabelecimentos comerciais de venda, sendo os alimentos trazidos de Corumbá pelas mulheres e outras vezes por freiteiras, barcos que fazem o transporte de pessoas e mercadorias de Corumbá/MS ao Porto Índio localizado na divisa com a Bolívia.

O morador mais antigo que nasceu e cresceu na comunidade tem 66 anos de idade. Esse homem que se considera um pantaneiro legítimo e feliz. Muito receptivo afirma que na comunidade tem tudo o que precisa para viver, por isso nunca pensou em se mudar.

Olha, eu nasci aqui onde eu moro, aqui no Amolar. Vivo até hoje e não tenho idéia de ir pra cidade, só vou quando preciso fazer visita pro meu filho e resorvê algum serviço. Aqui é mais tranqüilo, né? Aqui pra mim é melhor, gosto muito aqui do pantanal, sou pantaneiro legítimo! (Morador, 66 anos).

Esse morador, além da lida com o gado, planta, faz farinha de mandioca, colhe arroz nativo (*Oryza latifolia*), que segundo o mesmo “só dá na cheia”.

Segundo Soares e Bortolotto (2009) o *Oryza latifolia*, muito conhecido na região do Amolar como arroz nativo, é uma erva aquática emergente, perene e frutifica de fevereiro a agosto, ocorrendo em abundância, especialmente na Serra do Amolar. As autoras, em estudo etnobotânico de *Oryza latifolia* na borda oeste do Pantanal sul matogrossense, na qual inclui a comunidade do Amolar, destacam o processo de colheita desse arroz nativo considerando relatos feitos por moradores que se lembram dessa atividade. Assim, durante o período de cheia as canoas eram forradas com uma lona e, em seguida o morador entrava no meio do arrozal com canoa, remo e/ou a zinga, usados para bater nas “espigas” de arroz para que os grãos maduros caíssem dentro da canoa. Os grãos colhidos eram colocados para secar ao sol de dois a três dias e posteriormente socados em um pilão e abanados em uma peneira (SOARES e BORTOLOTTI, 2009).

Os moradores do Amolar não vivem da pesca profissional. Utilizam a pesca de subsistência como complementação da economia. Dentre as quatro famílias da comunidade do Amolar somente uma possui energia elétrica em sua casa obtida de placa solar. Por isso tem aparelhos elétricos como som e rádio. Portanto, a maioria das famílias não conta com energia elétrica em seus sítios.

É importante destacar que cada família da comunidade possui um barco a motor, sendo duas famílias com motor de potência 25 e outras duas com motor de potência 15. Apesar disso, todas as famílias possuem uma canoa que utilizam para deslocamentos no entorno próximo, como visita a outras famílias, observação do gado na área alagada, pescaria para sustento da família, dentre outros.

Na morraria que envolve a comunidade, a fisionomia de mata aparentemente mantém-se conservada o que possibilita a retirada de seivas e plantas medicinais. Conforme Da Silva e Silva (1995), esta unidade de paisagem é utilizada para a retirada de plantas medicinais utilizadas no tratamento de problemas de saúde das comunidades locais que mantêm relações de solidariedade grupal. Os tradicionais habitantes do Pantanal matogrossense fazem diferentes utilizações dos vegetais com finalidades medicinais (GUARIM NETO, 2006).

A solidariedade entre a população da região é tão forte que os moradores do Amolar atendem prontamente às solicitações de remédios - como a seiva de jatobá - feitas por moradores da Barra de São Lourenço e por funcionários do PARNA Pantanal. Nesse espaço que lhes são caros, as relações são mantidas, perpetuadas e ressignificadas num sistema de símbolos, crenças, fraternidade e amor ao próximo e ao ambiente (GUARIM NETO e CARNIELLO, 2007).

A Organização Não-Governamental Ecologia e Ação (EOA) possui uma base de apoio construída na comunidade do Amolar. Essa ONG, com sede em Campo Grande/MS tem atuação permanente tanto no Amolar quanto na Barra de São Lourenço. Outra ONG que realiza trabalhos nas duas comunidades é o Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal (ECOPANTANAL), com sede em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso.

As ONGs têm como pontos fortes a credibilidade, capital ético e eficiência quanto a intervenção na microrrealidade social (grupos e comunidades), o que lhes permitem formular aspirações e propor estratégias para atendê-las na maior eficiência quanto à aplicação de recursos e agilidade na implementação de projetos que tem a marca da inovação e da articulação da sustentabilidade com a equidade social (JACOBI, 2003).

Vale ressaltar aqui o projeto: Ecoturismo Participativo desenvolvido pelo ECOPANTANAL no PARNA Pantanal, que buscou primeiramente identificar os conhecimentos ecológicos tradicionais das comunidades Barra de São Lourenço e Amolar, para, a partir disso, incluí-las no projeto aprimorando seus conhecimentos de maneira a inseri-las nas atividades ecoturísticas na UC.

É importante enfatizar que apesar da comunidade do Amolar estar geograficamente situada um pouco mais distante do PARNA Pantanal, os moradores afirmam conhecer a área antes mesmo de se tornar reserva – termo usado para se referir ao PARNA Pantanal . Em relação a isso, todos os depoimentos convergem na seguinte afirmação:

Antes de ser reserva era uma fazenda muito grande de gado, aí em 74 veio a enchente e alagô tudo. A gente sempre ia lá. Depois com a reserva a gente continuou visitando seu Benjamim, guarda da reserva (Morador, 66 anos).

A poesia “Formação” de Manoel de Barros - poeta Matogrossense nascido na beira do rio Cuiabá e reconhecido nacional e internacionalmente como um dos mais originais do século e mais importantes do Brasil, aborda elementos da paisagem pantaneira integrando de forma indissociável o ser humano/natureza. Assim, acredita-se que “Formação” retrata a relação entre os pantaneiros que vivem nas comunidades aqui descritas e o Pantanal.

Fomos formados no mato – as palavras e eu. O que de terra a palavra se acrescentasse, a gente se acrescentava de terra. O que de água a gente se encharcasse, a palavra se encharcava de água. Porque nós íamos crescendo de em par. Se a gente recebesse oralidades de pássaros, as palavras receberiam oralidades de pássaros. Conforme a gente recebesse formatos da natureza, as palavras incorporavam as formas da natureza. Em algumas palavras encontramos subterrâncias de caramujos e de pedras. Se a brisa da manhã despertasse em nós o amanhecer, as palavras amanheciam. Podia-se dizer que a gente estivesse pregado na vida das palavras ao modo que uma lesma estivesse pregada na existência de uma pedra. Foi no que deu a nossa formação. Eu acho bela! Eu acompanho (BARROS, 2008, p.145).

Geertz (1989) afirma que os homens constroem representações cognitivas que orientam suas ações, enquanto outras são construídas para tornar compreensíveis as experiências e seres da natureza e suas relações com os humanos. Mais ainda, essas representações são meios pelos quais os homens reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antecessores.

Pode-se dizer, portanto, que a comunidade do Amolar, assim como a comunidade da Barra de São Lourenço constituem um acervo de conhecimentos ecológicos tradicionais sobre a região, advindos da interação de seus membros com o mundo que o cercam, as pessoas, os animais, vegetais, o rio, a sazonalidade, as crenças e o Pantanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais ribeirinhas Barra de São Lourenço e Amolar situadas no entorno do PARNA Pantanal são diferenciadas em relação a ocupação do espaço e meios de sobrevivência, são formadas por pessoas que vivem durante anos nessa região e há gerações, numa dinâmica de vida e historicidade marcada pelo ciclo das águas.

E ainda, possuem um sentimento comum: o reconhecimento de serem ribeirinhos/pantaneiros inseridos no bioma Pantanal, com forte sentimento de pertença ao lugar onde estão inseridos, pois não se consideram dissociados desse lugar, onde a natureza é parte integrante do cotidiano.

A tradição intelectual sobre o ambiente é resultado de uma estreita e longa relação de subsistência. Entretanto, em se tratando da comunidade da Barra de São Lourenço, a pressão do turismo da pesca esportiva e profissional faz com que atividades de subsistência percam espaço para atividades comerciais. Já em relação a comunidade do Amolar a migração de crianças e jovens para a cidade, muito provavelmente pode causar o esfacelamento de famílias e conseqüentemente a diminuição das mesmas na comunidade, que, por sua vez, já possui um número bem reduzido de famílias.

Diante disso, pode-se dizer que é cada vez mais necessário a valorização do conhecimento ecológico tradicional e o fortalecimento político das comunidades locais nas estratégias de gestão do PARNA Pantanal. Esses mecanismos poderão ajudar a comunidade fortalecer os vínculos econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

Por fim, vale enfatizar que a gestão bem sucedida do PARNA Pantanal requer cooperação e suporte da população local. Muito Provavelmente, uma forma de assegurar a participação efetiva das populações locais na gestão da unidade de conservação é incluir suas potencialidades sociais, cognitivas, culturais e cosmológicas numa proposta de desenvolvimento sócio-econômico sustentável com criação de fontes alternativas de renda, como por exemplo, do turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

ADÁMOLLI, J. O Limite Sul do Pantanal. In: III Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal. **Anais...**Os desafios do Milênio, Corumbá/MS 2000, p. 105-106.

BANDEIRA, M. de L. e FREIRE, O. **Antropologia**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

BARROS, M. de **Compêndio para uso dos pássaros**. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

BARROS, M. **Memórias inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

BERKES, F.; COLDING, J. e FOLKE, C. Rediscovery of tradicional ecological knowledge as adaptive management. In: BERKES, F. & FOLKE, C. **Linking Social and Ecological Systems - Management Practices and Social Mechanisms for Building Resiliense**. Cambridge: University Press, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília. 2007.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: Comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação**: Novos Rumos Pra a Proteção da Natureza nos Trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

DA SILVA, C. J. & SILVA, J. **No Ritmo das Águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DA SILVA, C. J. et al. Comunidades tradicionais pantaneiras In: SANTOS & GALBIATI (orgs.). **Gestão e educação ambiental**: água, biodiversidade e cultura-vol.1-/ São Carlos: RiMA, 2008.

DA SILVA, C. J.; ABDO, M. S. A. e NUNES, J. R. da S. O rio Cuiabá no Panatanl Matogrossense. In: FIGUEIREDO, D. M. de; SALOMÃO, F. X. de (Orgs.) **Bacia do Rio Cuiabá**: uma abordagem socioambiental. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: Novos Rumos Para a Proteção da Natureza nos Trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.) **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. Etnoconhecimento e saber local: um olhar sobre populações humanas e os recursos vegetais. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G. C.; ARAÚJO, T. A. S. (Orgs.) **Povos e paisagens**: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil. Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007.

GUARIM NETO, G. O saber tradicional pantaneiro: as plantas medicinais e a Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. [on-line], julho a dezembro de 2006, vol. 17. Disponível em: < <http://www.remea.furg.br/indv0117.php>. Acesso em: 03/02/2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HARRIS, M. B. et al. Desafios para proteger o Pantanal brasileiro: ameaças e iniciativas em conservação. **Revista Megadiversidade**. Minas Gerais, 2005. 1 (1):156-164.

LUDKE, M. & ANDRÉ. M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1998.

SILVA, V. C. da. Imagens e delineamento histórico da pesca. In: FIGUEIREDO, D. M. de; SALOMÃO, F. X. de (Orgs.) **Bacia do Rio Cuiabá**: uma abordagem socioambiental. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOARES, J. de M. & BORTOLOTTI, I. M. **Etnobotânica de *Oryza Glumaepatula* Steud. e *Oryza Latifolia* Desv. (Poaceae) na Borda do Pantanal, Mato Grosso do Sul, Brasil**. Disponível em: <http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=601>. Acessado em: 10 de Janeiro de 2011.

TOCANTINS, N. Parque Nacional do Pantanal: complexidade a ser conhecida. In: ROSSETO, C. C.; BRASIL JUNIOR, A.C.P. (orgs.) **Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental**. – Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002.

TOLEDO, V. M. e BARRERA-BASSOLS, N. 2009. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná, 20 (01): 31-45.